

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CAMINHA

PROJETO EDUCATIVO 2024/2027

"POR UMA ESCOLA DE QUALIDADE"

[HTTP://AECM.EDU.PT](http://aecm.edu.pt)



PROJETO EDUCATIVO

2024-2027

PARECER FAVORÁVEL DO
CONSELHO PEDAGÓGICO EM ___/___/_____.

APROVADO EM REUNIÃO DE
CONSELHO GERAL DE ___/___/_____.

Índice

I - INTRODUÇÃO	3
1. Enquadramento legislativo.....	4
2. Metodologia de elaboração.....	4
II – MISSÃO	4
III – COMPROMISSOS	5
IV – CONTEXTUALIZAÇÃO	5
1. O Alto Minho	5
2. O concelho de Caminha.....	6
3. O Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha	8
3.1 Instalações e equipamentos	8
3.2 Pessoal docente	9
3.3 Pessoal não docente.....	10
3.4 Alunos.....	10
.....	13
3.5 Ação Social Escolar (ASE)	13
3.6 Resultados Escolares - triénio 2021/2023.....	14
3.7 Oferta educativa e ensino articulado	16
3.8 Pais e Encarregados de Educação e Associações de Pais	16
3.9 Estruturas de Apoio ao Aluno	17
3.10 Contributos para o Plano de Ação Estratégica.....	17
3.11 Parcerias	18
V – VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	19
1. Visão e valores	19
2. Objetivos estratégicos.....	20
VI – PLANO DE AÇÃO	21
VII – IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO	25
1. Instrumentos de implementação.....	25
2. Avaliação e Divulgação.....	25
VIII – SIGLAS E ACRÓNIMOS	27
IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27
X – DOCUMENTOS CONSULTADOS	28
XI – LEGISLAÇÃO	28

I - INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios que hoje se coloca à Escola é o de ser capaz de responder às constantes mudanças que se operam na sociedade e ser o motor das transformações que em consequência se tornam necessárias, ao mesmo tempo que deve afirmar a sua própria identidade, reconhecendo e potenciando as suas características próprias colocando-as ao serviço das grandes finalidades do sistema educativo, criando assim condições que permitam igualdade de oportunidades a todos os cidadãos no exercício pleno do direito ao acesso à educação consagrado na Constituição da República Portuguesa.

É neste contexto e no quadro dos princípios e das normas enunciados pela lei, que cabe ao Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha (AECC) o papel de elaborar um Projeto Educativo próprio que lhe permita reforçar a democratização do seu funcionamento, interagir com o meio, expressar a sua identidade, as linhas de força da sua ação educativa e as suas dinâmicas pedagógicas, concretizando desta forma a sua autonomia e a salvaguarda da qualidade do serviço público de educação. O Projeto Educativo é assim um documento estruturante de toda a ação educativa, constituindo um instrumento de planeamento estratégico que deve espelhar a missão e a visão do Agrupamento, os seus objetivos estratégicos, a sua cultura organizacional, os seus valores, normas e convicções, mas também uma ambição e um ideal mobilizador da ação de toda a comunidade educativa.

Com esse desígnio, o AECC concebeu o seu Projeto Educativo de forma a constituir um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela sua equipa educativa, visando dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional, em propostas de organização e de intervenção pedagógico-didática, adequadas ao contexto específico da Comunidade onde se insere. A ação educativa desenvolvida por este Agrupamento tem como primordial centro de atenção os seus alunos sobre quem, com sensibilidade e sentido de responsabilidade, converge todo o trabalho desenvolvido, em resultado do qual, não obstante constrangimentos e novos desafios com que constantemente nos deparamos, será possível, com a resiliência e a participação de todos os intervenientes no processo educativo, dotar as crianças e os jovens do AECC com os conhecimentos, as capacidades e competências necessárias para desempenharem, com dignidade, o seu papel de cidadãos de pleno direito na Sociedade onde se integram.

Desta forma, para o horizonte temporal 2024-2027, o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha pretende estabelecer um contrato entre os diversos atores e parceiros da comunidade educativa, tendo por base um compromisso entre diferentes conceções, sensibilidades e perspetivas, ao mesmo tempo que constitui um verdadeiro plano estratégico que consagra a sua orientação educativa e através do qual se pretende operacionalizar um modelo de gestão com a máxima autonomia e sentido de responsabilidade social tendo por lema “POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE” ao serviço da Comunidade.

1. Enquadramento legislativo

O Projeto Educativo é *“o documento que consagra a orientação educativa do Agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o Agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa.”*

(Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho)

Foi com este enquadramento de princípios e normas legais que foi desenvolvido o processo de construção do Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, no qual foi adotada a metodologia que a seguir se descreve.

2. Metodologia de elaboração

O AECC reúne a totalidade dos estabelecimentos de ensino públicos do concelho de Caminha. Por convocatória da Diretora do Agrupamento, reuniu um Grupo de Trabalho com a missão de preparar uma proposta do Projeto Educativo, a ser debatido no seio do Agrupamento, de modo a vigorar no quadriénio 2024-2027. O Grupo de Trabalho foi constituído tendo em conta a representatividade dos vários corpos constituintes do Agrupamento — professores, alunos, assistentes operacionais e técnicos, encarregados de educação —, bem como dos diversos níveis de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário. Por decisão tomada na sua reunião inicial, subdividiu-se este grupo em pequenos grupos setoriais, que por razões de eficiência trabalharam separadamente aspetos diversos do documento, reunindo-se periodicamente em plenário para fazer o ponto de situação. A metodologia adotada por cada um dos grupos setoriais para a elaboração das suas propostas de texto, assentou na: (a) análise documental — da legislação; dos projetos educativos anteriores; dos resultados das mais recentes inspeções e avaliações externas do Agrupamento; de outra documentação, (b) análise estatística — dos dados reunidos no âmbito da avaliação interna e externa dos anos mais recentes. Na fase final do processo, o Conselho Pedagógico avocou a si a versão final do documento que, ao abrigo do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, após publicação no Diário da República, esteve em fase de consulta pública por um período de 30 dias úteis, de 24-06-2024 a 24-07-2024.

II – MISSÃO

O Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha, enquanto unidade orgânica de ensino público, tem por missão contribuir para o sucesso escolar e pessoal das crianças e dos jovens desta geração global, alicerçado numa educação e formação de qualidade para o exercício de uma cidadania inclusiva, ativa e consciente.

III – COMPROMISSOS

Compromisso com os alunos

Garantir a igualdade de oportunidades no acesso a uma educação inclusiva e de qualidade, baseada nos princípios da democracia, solidariedade e responsabilidade.

Proporcionar o sucesso escolar e o exercício de uma cidadania ativa, ciente da importância da sustentabilidade e do respeito dos direitos humanos.

Promover aprendizagens significativas, aprofundando práticas curriculares flexíveis.

Compromisso com os profissionais de educação

Valorizar a função social, profissional e cultural dos profissionais de educação.

Desenvolver o trabalho colaborativo e o bem-estar dos profissionais que exercem no Agrupamento.

Fomentar uma prática reflexiva, a formação contínua e uma cultura de avaliação.

Compromisso com as famílias e a comunidade

Promover a participação, a cooperação e o envolvimento das famílias e das diferentes entidades sociais e culturais da comunidade, aceitando-as como parceiras na ação educativa.

IV – CONTEXTUALIZAÇÃO

1. O Alto Minho

O Alto Minho estende-se por uma área de 2218 Km² correspondendo à NUT III do Minho-Lima e engloba, para além de Caminha, mais nove municípios, Valença, Monção, Melgaço, Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo, nos quais, segundo os últimos dados do INE, residem 231.488 cidadãos (Censos 2021, INE), acentuando-se nos últimos anos o decréscimo populacional da região.

Em termos de educação e qualificação, a população do Alto Minho — Caminha não é exceção, apesar de estar acima da média regional —, tem globalmente um nível de escolaridade mais baixo do que a média nacional, o mesmo sucedendo com o nível de qualificação dos trabalhadores. Ainda assim, como nota positiva, a região apresenta taxas brutas de escolarização, quer na educação pré-escolar, quer nos ensinos básico e secundário, superiores à média nacional, sendo as taxas de retenção e desistência inferiores à Região Norte e ao Continente. Em contrapartida, regista-se uma baixa presença de ativos com alta escolarização — Continente: 20,5% | Norte: 17,8% | Alto Minho: 14,7% — e há uma forte persistência de ativos pouco qualificados — Continente: 49,6% | Norte: 55% | Alto Minho: 63,4%.

2. O concelho de Caminha

O concelho de Caminha abrange uma área de cerca de 136,5 km², que acolhe uma população residente de 16.033 habitantes em 2022 (de acordo com a PORDATA), distribuídas pelas suas 20 freguesias, organizadas em 14 autarquias de freguesia: Âncora, União de Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de S. João, Argela, União de Caminha e Vilarelho, Dem, Lanhelas, União de Moledo e Cristelo, União de Orbacém e Gondar, Riba de Âncora, Seixas, União de Venade e Azevedo, Vila Praia de Âncora, Vilar de Mouros e Vile. Os vales do rio Minho, do rio Coura e do rio Âncora estruturam o território, conferindo-lhe um papel importante na sua organização. O concelho é limitado a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a norte pelo rio Minho, a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano Atlântico. Caminha encontra-se geograficamente localizada num ponto estratégico de fronteira com a Espanha (Galiza), a cerca de 90 km da cidade do Porto e a 45 minutos da sua área metropolitana. No que diz respeito à organização do território, Caminha integra desde 2009 a Comunidade Intermunicipal CIM-Alto Minho que agrupa a totalidade dos concelhos do Alto Minho.

Caminha é um território com uma longa história cujas origens se perdem no tempo, subsistindo ainda vestígios de épocas proto e pré-históricas e sobretudo da cultura castreja. Na época romana, muitas das freguesias do concelho terão sido pontos de controlo do comércio dos metais que percorriam as águas do Rio Minho e desse período ficaram pontes, caminhos e outros monumentos. Após uma breve ocupação muçulmana, durante a reconquista cristã, como sede de um condado, teria já um castelo e era um ponto avançado na estratégia militar portuguesa na luta contra castelhanos e leoneses. Depois da nacionalidade, D. Dinis mandou aumentar as muralhas e a 24 de Julho de 1284 outorgou aos habitantes do concelho a primeira Carta de Foral. A vila conservou-se na posse da Coroa até que em 1371 D. Fernando criou o Condado de Caminha, sendo que em 1390 D. João I lhe concederia o privilégio de “porto franco”, o que provocou o desenvolvimento da vida marítima e do comércio, permitindo também o início da construção da Igreja Matriz, possivelmente em 1488. D. Manuel concedeu ao município novo foral em 1 de Junho de 1512, já depois de D. Afonso V fazer senhor de Caminha a D. Henrique de Meneses, da Casa de Vila Real, nesta família se

conservando até 1641 quando, com a criação de uma alcaidaria-mor, entrou na posse da Casa do Infantado até à sua extinção com o liberalismo em 1834.

À entrada do século XX, no seio da região alto-minhota, o concelho caminhense afirmava a sua urbanidade litoral e superava os níveis de desenvolvimento nacional com 50% de trabalhadores agrícolas e 25% de ativos na indústria. A riqueza produzida, desigualmente distribuída, não era, porém, suficiente para alimentar uma população em acelerado crescimento, o que justificava a necessidade de uma forte emigração para o Brasil para escapar à miséria. Uma necessidade que se repetiria a partir da década de sessenta desse século, quando milhares de caminhenses, à procura de trabalho, se viram forçados a emigrar para a França, a Alemanha ou o Luxemburgo, sem esquecer o Brasil que continuaria ainda por alguns anos como destino para alguns. Com as alterações políticas de ordem interna — o 25 de Abril de 1974 e o consequente fim da Guerra Colonial — e o impacto económico da crise mundial do petróleo nos anos setenta, iniciou-se um movimento de regresso de muitos caminhenses ao concelho. Para isso também contribuiu o surto de construção civil dos anos oitenta e noventa, o crescimento das atividades relacionadas com o comércio e o turismo (restauração e hotelaria), o aumento da oferta de emprego em serviços públicos (educação, saúde, autarquia, justiça e segurança) e a instalação no concelho de algumas indústrias de média dimensão.

Um estado de coisas que perdurou até à primeira década do século XXI, mas que desde aí deparou com os efeitos conjugados da globalização mundial e de uma recorrente crise económica nacional — o que provocou, nomeadamente, a falência das poucas fábricas locais. Um cenário de instabilidade agravado nos anos mais recentes com a crise sanitária provocada pela covid 19 e a emergência de estados de guerra em geografias não muito distantes, mas que tem vindo a ser compensado com o aumento do investimento público (em grande parte proveniente de fundos europeus) — que tem permitido uma significativa renovação e reabilitação do envelhecido parque escolar do agrupamento — e a existência de dinâmicas áreas industriais nos concelhos vizinhos, criando emprego e atraindo uma nova população de imigrantes, parte dela residente nas nossas freguesias, registando-se por conseguinte uma subida significativa da população estrangeira no concelho: de 293 pessoas em 2011 (1,8% do total) evoluiu-se para 747 em 2022 (4,7%) (dados da PORDATA).

Sendo Caminha um concelho rico em termos ambientais, paisagísticos e usufruindo de variados e qualificados recursos naturais, patrimoniais e culturais, surge na atualidade como reforçada a ideia de basear a sua sustentabilidade sobretudo no turismo, principalmente na época balnear, mas também ao longo do ano através da organização de eventos públicos atrativos, já que são muitas as pessoas que escolhem a região como destino e local de segunda residência.

3. O Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha

3.1 Instalações e equipamentos

	Refeitório	Cozinha	Biblioteca	Laboratório	Sala pessoal não docente	Serviços administrativos	S. atendimento enc. educação	Sala pessoal docente	Pavilhão	Sala de desenho	Sala informática
EBS de Caminha	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2
EBS-Vale Âncora	1	1	1	2	1	1	1	1			2
EB1/JI Caminha	1		1					1			
EB1 Moledo								1			
EB1/JI Seixas	1							1			
EB1/JI Dem	1	1						1			
EB1 Lage-Âncora	1										
EB1/JI Loução-Venade	1										
EB1 Perafita-Lanhelas	1							1			
EB1/JI Torre V. Mouros	1										
EB1 Vilarelho	1										
Jl Igreja-Âncora	1										
Jl Moledo	1										
Jl VPA	1	1						1			1
TOTAIS	13	4	3	4	2	2	2	8	1	1	7

O Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha de Caminha é constituído por catorze edifícios, nomeadamente: 3 Jardins de Infância (Âncora, Moledo e Vila Praia de Âncora); 4 EB1 (Âncora, Lanhelas, Moledo e Vilarelho); 5 EB1/JI (Caminha, Dem, Seixas, Venade e Vilar de Mouros) e 2 Escolas Básicas e Secundárias (Vale do Âncora e Caminha – escola sede).

As EBS de Caminha (escola sede) e a Vale do Âncora continuam em processo de requalificação, pelo que as informações respeitantes às instalações podem sofrer alterações no decorrer do período de vigência deste documento.

Todos os edifícios possuem refeitório, com exceção da EB1 de Moledo. As refeições são asseguradas pelas três cozinhas do Agrupamento, situadas na escola sede, na EBS do Vale do Âncora e na EB1/JI de Dem. A EB1 de Moledo é assegurada pela cozinha e refeitório do Centro Social e Paroquial de Moledo. O transporte das refeições é realizado pela Câmara Municipal de Caminha. A EB1/JI de Dem e o JI de Vila Praia de Âncora também têm cozinha equipada, mas não confeccionam almoços.

Para além dos refeitórios, existem três Bibliotecas escolares que apoiam todas as outras escolas, situando-se uma na EB1/JI de Caminha, outra na EBS do Vale do Âncora e outra na EBS de Caminha; quatro laboratórios

(dois na EBS de Caminha e dois na EBS do Vale do Âncora) e uma sala de pessoal não docente em cada uma delas. Tanto na escola sede como na EBS do Vale do Âncora, existem instalações de serviços administrativos, de atendimento a pais e encarregados de educação e salas de pessoal docente. As Salas de pessoal docente apenas existem na EBS de Caminha, na EBS do Vale do Âncora, EB1/JI de Caminha, EB1 de Moledo, EB1/JI de Seixas, EB1/JI de Dem, EB1 de Lanhelas e no JI de Vila Praia de Âncora.

Para a atividade física só existe pavilhão gimnodesportivo exclusivo na escola sede, sendo necessário nas restantes escolas recorrer a equipamentos desportivos municipais para o desenvolvimento das referidas atividades de educação física e de desporto escolar. Só existem salas específicas de artes visuais e laboratórios nas EBS do Agrupamento. Salas de informática apenas existem na EBS de Caminha, na EBS do Vale do Âncora e no JI de Vila Praia de Âncora.

Os Jardins de Infância e as Escolas do 1.º Ciclo funcionam em instalações de diferentes tipologias. As Atividades de Enriquecimento Curricular funcionam nos edifícios onde decorrem as atividades letivas. Todos os edifícios têm casas de banho e uma sala de atividades para cada grupo/turma. A dispersão dos edifícios onde funcionam os Jardins de Infância e as Escolas do 1.º CEB dificulta a partilha de recursos físicos e materiais.

3.2 Pessoal docente

A educação e o ensino são assegurados por uma equipa composta por 207 docentes, dos quais 75,50% pertencem aos quadros do Agrupamento e da zona pedagógica, sendo que 133 apresentam idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos.

Categoria	Quadro de Agrupamento		Quadro de Zona		Contratado		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
TOTAL							
	148	75,50	32	15,46	27	13,04	207

Idade	Entre 30 e 39 anos	Entre 40 e 49 anos	Entre 50 e 59 anos	60 anos e mais	TOTAL
Total	10	60	73	64	207

Dados de outubro de 2024

3.3 Pessoal não docente

O corpo de pessoal não docente é composto por 106 profissionais distribuídos pelos diferentes estabelecimentos escolares do AECC, assegurando todo o serviço operacional e técnico necessário ao bom funcionamento das unidades escolares. Do total, 74 apresentam idades compreendidas entre os 40 e os 60 de idade.

Categoria Profissional	Assistente Operacional Caminha	Assistente Operacional VPA	Assistente técnico Caminha	Assistente técnico -VPA	TOTAL
Secretaria			6	1	7
Serviços	17	23			40
Cozinha	7	5			12
EB1	26				26
Jl	21				21
TOTAL	71	28	6	1	106

Número de Funcionários por idade						
Idade	Entre 20 e 29 anos	Entre 30 e 39 anos	Entre 40 e 49 anos	Entre 50 e 59 anos	60 anos e mais	TOTAL
Total	1	6	25	42	32	106

Serviços de Psicologia e Técnicos Especializados			
	Do município	Do Ministério	Total
Serviços de Psicologia	1	2	3
Assistentes Sociais		1	1*
Artistas (meio tempo)		2	2*
Total	1	5	6

* Estes recursos humanos não têm vínculo definitivo;

3.4 Alunos

No ano letivo 2023/2024, o Agrupamento é frequentado por 1817 crianças/alunos, agrupados em 129 turmas, distribuídos de acordo com os dados distribuídos nos quadros seguintes:

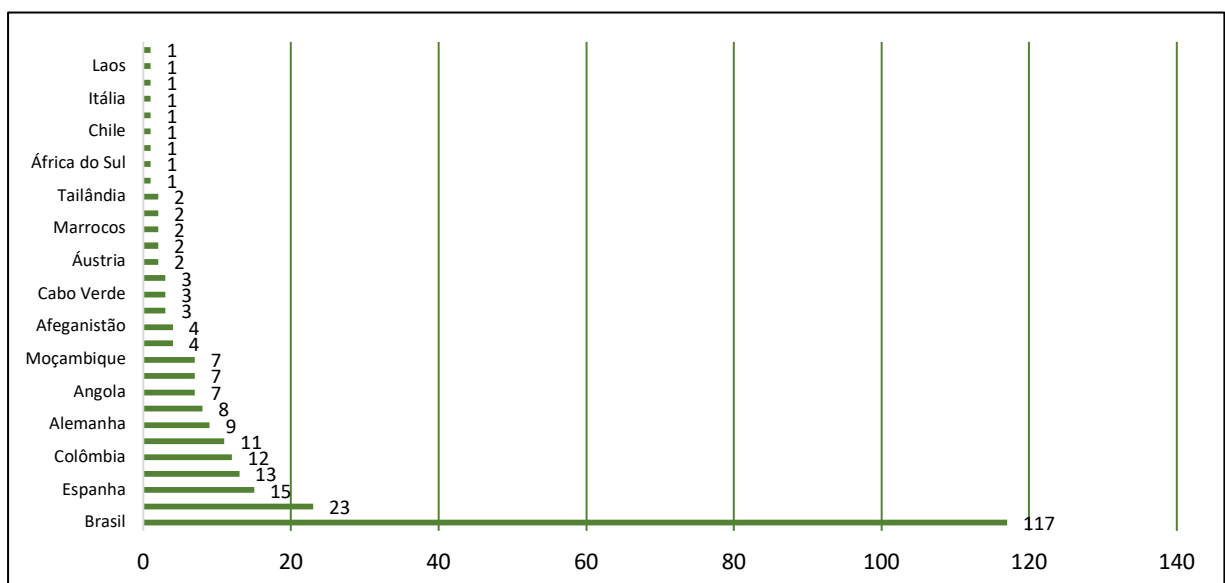
Número de alunos por escola e ciclo						
Escolas/ciclos	Jardins Infância	1º ciclo	2ºciclo	3º ciclo	Secundário	Total
EBS de Caminha	--	--	174	235	256	665
EBS do Vale do Âncora	--	166	107	175	68	516
EB de Caminha	42	83	--	--	--	121
EB1 Cruzeiro Moledo	--	70	--	--	--	70
EB de Seixas	21	32	--	--	--	53
EB1 de Lanhelas	--	29	--	---	--	28
EB de Vilar de Mouros	13	12	--	---	--	28
EB de Venade	15	28	--	--	--	44
EB de Dem	18	20	--	--	--	40
EB1 Lage - Âncora	--	39	--	---	--	36
EB1 Vilarelho	--	34	--	--	--	33
JI de Moledo	50	--	---	--	--	50
JI de Igreja -Âncora	25	--	--	--	--	25
JI de VPA	102					102
TOTAIS	286	546	275	409	322	1817

Número de alunos e turmas		
AECC	Nº de alunos	Nº de turmas
Jardim infância	289	32
Ensino básico		
1º ano	123	11
2º ano	135	12
3º ano	129	11
4º ano	126	11
5º ano	154	8
6º ano	127	7
7º ano	128	7
8º ano	150	7
9º ano	132	7
Ensino secundário		
10º ano	91+17 profissional	5+1 profissional
11º ano	92+19 profissional	4+1 profissional
12º ano	76+ 29 profissional	4+1 profissional

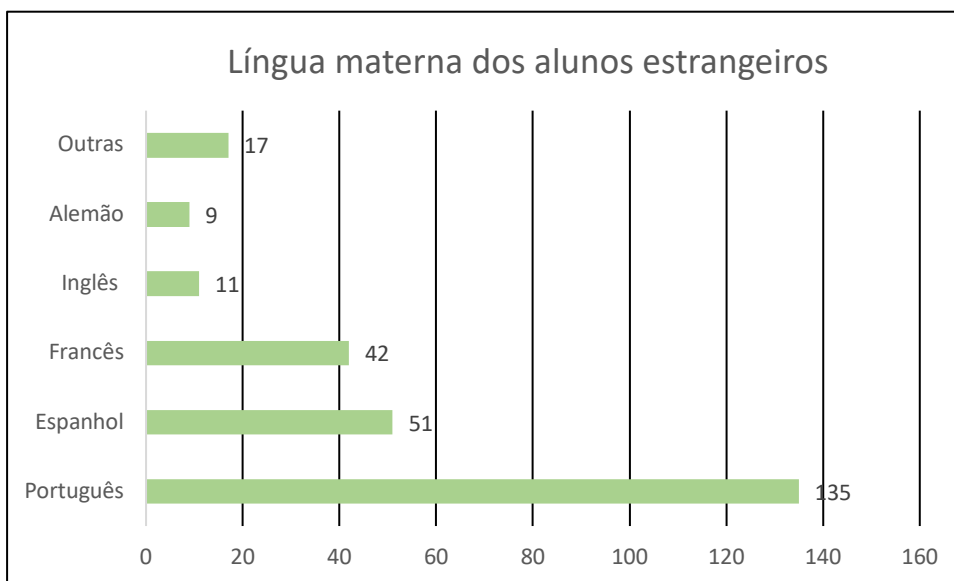
Nota: No 1º Ciclo existem turmas mistas (dois ou mais anos de escolaridade)

Há um número bastante significativo de alunos vindos do estrangeiro (14,3%), verificando-se uma grande variedade de idiomas.

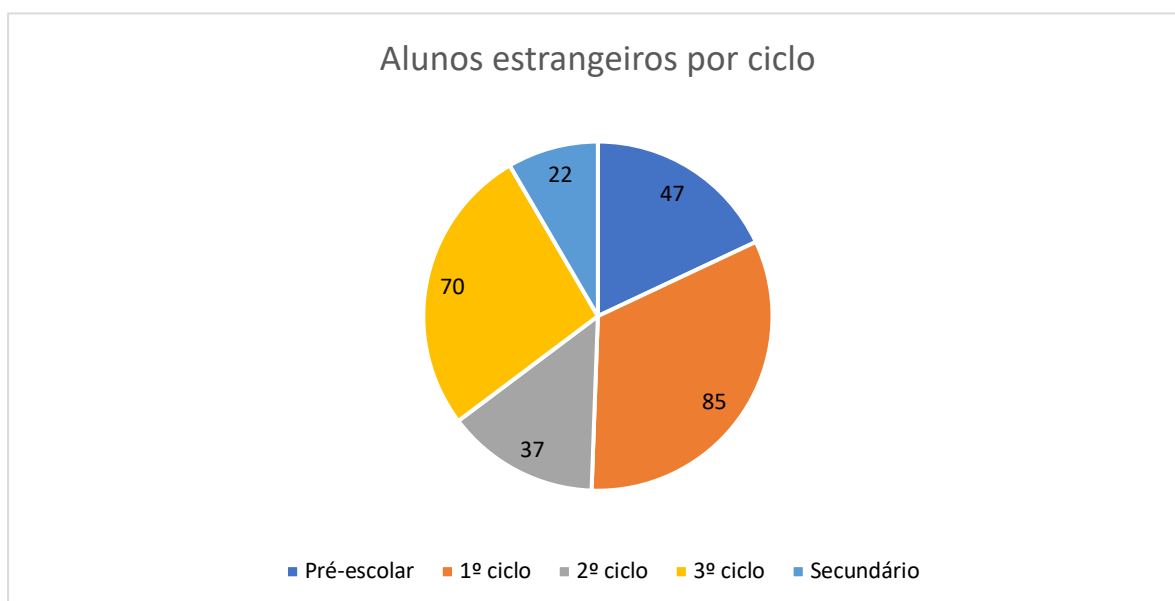
Nº Ordem	País / Nacionalidade	Quantidade
1	Brasil	117
2	França	23
3	Espanha	15
4	Suíça	13
5	Colômbia	12
6	Argentina	11
7	Alemanha	9
8	Reino Unido	8
9	Angola	7
10	Andorra	7
11	Moçambique	7
12	Ucrânia	4
13	Afeganistão	4
14	Bélgica	3
15	Cabo Verde	3
16	Uruguai	3
17	Áustria	2
18	El Salvador	2
19	Marrocos	2
20	Luxemburgo	2
21	Tailândia	2
22	Austrália	1
23	África do Sul	1
24	Canadá	1
25	Chile	1
26	Estados Unidos da América	1
27	Itália	1
28	India	1
29	Laos	1
30	S. Tomé e Príncipe	1
Total		265



Verifica-se, deste modo, uma grande variedade de línguas maternas o que traz dificuldades acrescidas aos alunos vindos do estrangeiro e ao Agrupamento que quer integrar esses alunos nas melhores condições.



Do conjunto dos alunos imigrantes, 33% estão no 1.º Ciclo, 27% no 3.º Ciclo, 18% na Educação Pré-Escolar, 14% no 2.º Ciclo e 8% no Ensino Secundário.



3.5 Ação Social Escolar (ASE)

Em 2023/2024, 36,53% dos alunos do ensino básico e secundário beneficia de apoios, seja no escalão A, seja no escalão B da ASE, como se pode verificar no quadro abaixo.

Na Educação Pré-Escolar, os números indicados correspondem às crianças que beneficiam dos escalões ASE, de acordo com informação atualizada disponibilizada pelo município.

Número de alunos por escalão de ação social escolar - ASE							
	Ano	N.º alunos	Escalão A	Escalão B	Alunos c/ esc.	% alunos c/ ASE	% alunos s/ ASE
Pré-escolar	--	289	25	67	92	31,83%	68,17%
Ensino básico	1º	123	27	20	47	38,21%	61,79%
	2º	135	21	38	59	43,70%	56,30%
	3º	129	21	32	53	41,09%	58,91%
	4º	126	20	27	47	37,30%	62,70%
	5º	154	28	44	72	46,75%	53,25%
	6º	127	28	21	49	38,58%	61,42%
	7º	128	27	26	53	41,41%	58,59%
	8º	150	24	25	49	32,67%	67,33%
	9º	132	23	25	48	36,36%	63,64%
Ensino secundário	10º	108	18	19	37	34,26%	65,74%
	11º	111	6	14	20	18,02%	81,98%
	12º	105	6	19	25	23,81%	76,19%
TOTAL		1817	274	377	651	35,83%	64,17%

3.6 Resultados Escolares - triénio 2021/2023

Relativamente ao sucesso académico dos alunos do AECC, face aos resultados de avaliação interna referentes ao triénio 2021/2023, verifica-se que a taxa de sucesso escolar se encontra acima das médias nacionais, em todos os níveis de escolaridade. Constata-se, ainda, uma progressiva melhoria dos resultados dos alunos ao longo dos últimos anos em análise, quer no ensino básico, quer no ensino secundário.

RESULTADOS ESCOLARES TAXAS DE SUCESSO TRIÉNIO 2021/2023

Educação/ Ensino	2021		2022		2023	
	Média AECC	Média Nacional	Média AECC	Média Nacional	Média AECC	Média Nacional
Pré-Escolar	100	100	100	100	100	100
Básico	99,91	96,49	98,92	96,55	98,8	95,55
Secundário	96,39	90,53	95,82	91,15	98,69	90,27

Conclui-se que, sendo obviamente motivo de satisfação os bons níveis de desempenho alcançados nos últimos anos letivos, em matéria de resultados escolares, as ambições do AECC são norteadas por um ideal que consiste em alcançar a meta, difícil, mas não utópica, do sucesso pleno de todos os alunos que frequentam este Agrupamento.

RESULTADOS DOS ALUNOS DO AGRUPAMENTO NOS EXAMES NACIONAIS – 2021/2023

	2021		2022		2023	
	Média Agrup	Média nacional	Média Agrup	Média nacional	Média Agrup	Média nacional
Biologia/Geologia	124	120	116	112	109	114
Desenho A	133	138	152	157	124	137
Geometria descritiva	154	124	165	135	131	97
Economia A	117	122	113	118	116	120
Filosofia	133	122	125	114	101	111
Física e Química A	97	98	108	109	111	112
Geografia A	115	107	123	115	103	109
História A	129	129	134	134	92	115
História da cultura e das artes	107	126	-	-	144	103
Matemática A	104	106	120	122	106	110
Matemática B	97	101	119	123	65	113
MACS	131	107	137	113	146	121
Português	126	120	123	117	140	125
Espanhol	166	139	129	102	135	134
Inglês	157	149	102	94	154	148
Mandarim	-	-	142	-	-	-
Francês	-	-	-	-	178	144

PROVAS FINAIS 2023
9.º ANO DE ESCOLARIDADE

Disciplina	Média Agrup	Média Nacional
Português	61	61
Matemática	47	41

Nota: Em 2021, não houve provas finais do 9.º ano; em 2022, as provas realizaram-se, mas não contaram para a avaliação final dos alunos.

3.7 Oferta educativa e ensino articulado

A oferta complementar do Agrupamento contempla, com especial ênfase, a Educação para a Cidadania. Fazem parte da matriz curricular, no 1CEB, as Competências Digitais e, no 3CEB, a disciplina EDPS (Educação Patrimonial e Sustentabilidade).

No Ensino Secundário, o Agrupamento tem nos últimos anos uma oferta diversificada de Ensino Profissional, nomeadamente nas áreas de Informática de Sistemas, Instalação e Gestão de Redes e Desporto.

No desenvolvimento do projeto educativo e no âmbito do 1CEB, as escolas do Agrupamento contemplam atividades de enriquecimento do currículo de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

Finalmente, na Educação Pré-Escolar, são garantidas às crianças atividades de animação e apoio à família.

O regime articulado é uma forma de frequentar o Ensino Artístico especializado da Música em que as escolas do Agrupamento e a Academia de Música Fernandes Fão articulam a sua ação pedagógica. Nesta modalidade, o aluno frequenta um plano de estudos especificamente adaptado, em que as disciplinas das escolas especializadas de música citadas substituem as disciplinas de formação artística da escola regular.

3.8 Pais e Encarregados de Educação e Associações de Pais

As Associações de Pais e Encarregados de Educação apoiam e colaboram nas atividades propostas pelas educadoras e professores e organizam outras sob sua proposta, tendo a possibilidade de as incluir no Plano Anual do Agrupamento.

As associações existentes são as seguintes:

- Associação Pais na Escola, Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Âncora (APEEBA);
- Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância de Âncora (APEEJIA);
- Associação de Pais da Escola Básica1 Vilarelho;

- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do Primeiro Ciclo do Cruzeiro (Moledo) e Jardim de Infância de Moledo (APM);
- Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica 1 e Jardim de Infância de Caminha;
- Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas Coura e Minho.

No início de cada ano letivo e em todas as turmas / grupos dos diferentes estabelecimentos de ensino do Agrupamento, são eleitos os representantes dos pais da turma / grupo cuja função é favorecer a articulação entre os pais e encarregados de educação e os docentes.

3.9 Estruturas de Apoio ao Aluno

No Agrupamento existem as seguintes estruturas de apoio ao aluno:

- Assistente Social;
- Centro de Apoio à Aprendizagem;
- Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva;
- Gabinete de Apoio ao Aluno e Família;
- Projeto de Educação para a Saúde;
- Projeto de Mentorias;
- Serviço de Psicologia e Orientação.

3.10 Contributos para o Plano de Ação Estratégica

É fundamental reforçar a valorização do mérito do aluno, a todos os níveis, com diferentes ações e iniciativas que o AECC poderá levar a cabo em parceria com os diferentes organismos que com ele colaboram, respeitando a Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que consagra os seguintes objetivos: promover, em especial, o mérito, a assiduidade, a responsabilidade, a disciplina, a integração dos alunos na comunidade educativa e na escola, a sua formação cívica, o cumprimento da escolaridade obrigatória, o sucesso escolar e educativo e a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades.

Importa, também, realçar a necessidade de definir estratégias que considerem a diversidade cultural, linguística e religiosa dos alunos que integram o AECC.

É igualmente importante garantir a equidade reforçando e mantendo as medidas de apoio pedagógico individualizado, o apoio ao estudo fora da sala de aula, a coadjuvação dentro da sala de aula, as tutorias, e os gabinetes de apoio ao aluno.

A definição de medidas no Plano de Ação Estratégica do AECC deve considerar os resultados escolares, as dificuldades evidenciadas pelos alunos e as metas educativas propostas para o próximo triénio.

A prática do exercício físico, num contexto de promoção da Educação para a Saúde, é uma área que tem vindo a destacar-se no seio escolar, por se assistir a uma diminuição da atividade física dos alunos, fruto de diversos fatores, sendo um deles a era digital que caracteriza a nossa sociedade, a qual além dos benefícios e progressos com que nos presenteou, criou também uma dependência exagerada dos aparelhos de comunicação, arrastando os jovens para uma vida mais sedentária, originando, por consequência, problemas ao nível da saúde tais como a obesidade, a diabetes, a hipertensão e ainda problemas do foro psicológico, que convém combater com medidas específicas, evitando-se, de futuro, pagar uma fatura social mais elevada. As parcerias que são possíveis desenvolver com as entidades locais, Unidades de Saúde Familiar de Caminha e Vila Praia de Âncora, Serviços de Psicologia e Orientação da Câmara Municipal de Caminha, Clubes Desportivos, e outros, permitirão evoluir na diversificação da oferta do AECC.

3.11 Parcerias

No quadro da sua ação educativa, o Agrupamento tem parcerias estabelecidas e protocolos celebrados com diversas entidades públicas, privadas ou cooperativas da sociedade civil local e regional, a saber:

- Academia de Música de Viana do Castelo;
- Academia de Música Fernandes Fão;
- Academia Sénior de Caminha;
- Amigos da Rede de Bibliotecas de Caminha;
- Associação Cultural e Pedagógica Ponte... nas Ondas! (Galiza - Espanha);
- Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO);
- Associação Moledense de Instrução e Recreio (AMIR);
- Associação Protetora dos Animais de Caminha “Selva dos Animais Domésticos”;
- Bombeiros Voluntários de Caminha;
- Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora;
- Câmara Municipal de Caminha;
- Aquamuseu do Rio Minho;
- Conselho Diretivo dos baldios de Riba de Âncora
- Casa do Povo de Lanhelas;
- Centro de Formação Vale do Minho;
- Centro de Recursos para a Inclusão (CRI), de Viana do Castelo;
- Centro Social e Paroquial de Moledo;
- Clube Andebol de Caminha;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ);
- Corema;
- Ethos – Associação de Terapia, Educação e Assistência Animal;
- Fundação de Serralves;
- Fundação dos Amigos do Autismo (AMA);
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo;
- Jornal Digital Regional Caminha@2000;
- Juntas de Freguesia;
- Município de Pontault-Combault (França);
- Nuceartes;
- Paróquias;
- Rádio Jornal Caminhense;
- Rede de Bibliotecas de Caminha;
- Rede Social de Caminha;
- Rotary Club de Caminha;
- Santa Casa da Misericórdia de Caminha;
- Sporting Club Caminhense;
- Unidade Local de Saúde;
- Universidade do Minho;
- Universidade do Porto.

V – VISÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Visão e valores

O AECC assume como visão estratégica o reforço do seu papel como espaço privilegiado de ensino e formação que promove conhecimentos, capacidades e competências, através da realização de aprendizagens significativas capazes de conduzir ao sucesso pessoal e social dos alunos bem como ao exercício de uma cidadania responsável. Assim, os propósitos do AECC estruturam-se num quadro axiológico onde se destacam os valores:

- **Solidariedade**, no respeito pelas diferenças, no atender às necessidades individuais, proporcionando as condições favoráveis ao crescimento pessoal e à aprendizagem;
- **Respeito pelo outro**, na atitude pessoal e comunitária de aceitar valores diversos dos adotados pelo grupo de pertença original;
- **Democraticidade**, garantindo a representatividade, a participação e a cidadania ativa;
- **Identidade**, garantindo a defesa dos valores históricos, estéticos, artísticos, patrimoniais (históricos e ambientais), culturais e de identidade local;
- **Responsabilidade partilhada**, promovendo as sinergias necessárias para atingir objetivos comuns, abrangendo todos os elementos da comunidade escolar alargada;
- **Inovação**, através da abertura à mudança, do acolhimento e promoção de boas práticas e do estímulo da criatividade;
- **Qualidade**, através de um trabalho metódico, refletido, organizado e disciplinado, para a obtenção de sucesso abrangente, empenhado e persistente.

2. Objetivos estratégicos

- Aumentar a eficácia na comunicação interna e externa
- Aprofundar o envolvimento do Agrupamento com a comunidade educativa
- Promover maior proximidade do Agrupamento ao mundo global
- Sensibilizar para os valores da Cidadania, nomeadamente para o respeito pelo outro, direitos, responsabilidades e deveres
- Promover uma cultura de acolhimento e integração dos alunos imigrantes e recém-chegados ao Agrupamento e à comunidade
- Promover uma Escola Inclusiva, plural e ajustada à realidade contemporânea e às necessidades próprias dos alunos
- Melhorar os resultados académicos
- Promover competências digitais
- Valorizar os domínios da saúde, segurança e ambiente
- Consolidar práticas de gestão
- Melhorar os equipamentos e recursos digitais do Agrupamento
- Melhorar o nível de conforto da comunidade escolar nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento
- Reforçar a cultura de autoavaliação e de melhoria contínua
- Alinhar com o Sistema de Garantia da Qualidade no âmbito do EQAVET, com a melhoria contínua da oferta de cursos profissionais.

VI – PLANO DE AÇÃO

VI – PLANO DE AÇÃO

EIXO A: CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE DO AGRUPAMENTO				
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	N.º	FINALIDADES	PROMOTORES	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
A1 – Aumentar a eficácia na comunicação interna e externa	1	Renovar o site do Agrupamento.	Equipa PADDE	Melhoria dos indicadores RACER em 5%
	2	Alargar a integração nas redes sociais no plano comunicacional do Agrupamento.	Equipa PADDE	Integrar mais uma rede social além do facebook
A2 – Aprofundar o envolvimento do Agrupamento com a comunidade educativa	1	Formalizar novas parcerias com entidades locais e nacionais.	Direção / Coordenador do PAA	Formalizar um terço das parcerias informais existentes
	2	Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação na vida do Agrupamento.	ETG/DTT/DT	Aumentar em pelo menos 10% a participação dos pais nas reuniões
	3	Promover e incentivar a participação da comunidade educativa em projetos nacionais.	Direção / Coordenador do PAA	Participar em mais um projeto nacional por ano letivo
A3 – Promover maior proximidade do Agrupamento ao mundo global	1	Realizar atividades regulares em parceria com escolas dos municípios vizinhos da Galiza.	Comunidade escolar	Realizar uma atividade conjunta com uma das escolas da Eurocidade da Foz do Minho (A Guarda e O Rosal)
	2	Formalizar parcerias regulares com instituições do ensino superior portuguesas.	Comunidade escolar	Formalizar uma parceria regular na vigência deste PE
	3	Formalizar parcerias anuais com empresas locais, regionais ou nacionais.	Comunidade escolar	Formalizar uma parceria regular na vigência deste PE
	4	Participar em projetos europeus de índole educacional.	Comunidade escolar	Aumentar em 5% o número de participantes alunos e professores
EIXO B: PROMOÇÃO DA CIDADANIA				
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	N.º	FINALIDADES	PROMOTORES	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS

B1 – Sensibilizar para os valores da Cidadania, nomeadamente para o respeito pelo outro, direitos, responsabilidades e deveres	1	Realizar atividades ou projetos ligados à promoção da cidadania por cada ciclo.	Comunidade educativa / Coordenador de Cidadania	Aumentar em 5% os projetos
	2	Realizar ações regulares de solidariedade e/ou de voluntariado na comunidade.	Comunidade educativa / Coordenador de Cidadania	Aumentar em 10% a participação dos alunos
	3	Desenvolver atividades ou projetos de promoção do respeito e defesa do ambiente.	Comunidade educativa / Coordenador Eco-Escolas	Concretização / registos produzidos
	4	Promover estratégias proativas de prevenção e resposta a comportamentos disruptivos.	Direção / Gab+ / SPO	Aumentar em 5% os projetos
	5	Apoiar o funcionamento regular da Associação de Estudantes, proporcionando-lhe espaços próprios de reunião e trabalho.	Direção	Disponibilizar instalações para a Associação de Estudantes nas duas EBS
B2 - Promover uma cultura de acolhimento e integração dos alunos imigrantes e recém-chegados ao Agrupamento e à comunidade.	1	Criar uma estrutura no seio do Gab+ que prepare o acolhimento dos alunos imigrantes e suas famílias.	Direção	Concretização da criação da estrutura
	2	Preparar documentação em línguas diferentes e estratégias que favoreçam o conhecimento do território	Equipa Multidisciplinar de PLNM	Aumento em 5% do grau de sucesso dos alunos
	3	Monitorizar o acompanhamento e a integração destes alunos e suas famílias.	Conselho Pedagógico	Grau de satisfação das famílias de alunos de PLNM, através de um inquérito
EIXO C: PROMOÇÃO DE UM SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE				
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	N.º	FINALIDADES	PROMOTORES	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
C1 – Promover uma Escola Inclusiva, plural e ajustada à realidade contemporânea e às necessidades próprias dos alunos	1	Aprofundar e renovar estratégias e práticas de educação inclusiva.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Diferenciação pedagógica/relatórios e atas; Grau de sucesso dos alunos
	2	Consolidar uma abordagem multinível implementando medidas adequadas à realidade educacional de cada aluno, nomeadamente nos ensinos articulado e doméstico.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Diferenciação pedagógica/relatórios e atas; Grau de sucesso dos alunos

	3	Consolidar a implementação do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Aumento em 5% dos projetos DAC; aumento em 5% das disciplinas envolvidas nos projetos
	4	Aumentar a qualidade de resposta do CAA.	Direção/Conselho Pedagógico/EMAEI	Relatório/ aumento em 5% das respostas
	5	Promover formação sobre Educação Inclusiva, medidas de suporte e recursos específicos de apoio à aprendizagem e inclusão.	Conselho Pedagógico/CFVM	Relatório/ aumento em 5% de ações
	6	Elaborar um Plano Estratégico de Orientação Escolar e Vocacional considerando as variáveis locais e regionais.	Conselho Pedagógico/Gab+/SPO	Grau de satisfação dos alunos e das famílias
C2 – Melhorar os resultados académicos	1	Aprofundar o trabalho colaborativo e a articulação pedagógica entre docentes e estruturas do Agrupamento.	Conselho Pedagógico/ Departamentos	Relatórios evidenciando a colaboração e articulação dos docentes e estruturas do Agrupamento
	2	Melhorar a qualidade da avaliação interna dos alunos através da diversificação de estratégias e instrumentos de recolha de informação em todos os níveis de ensino.	Conselho Pedagógico/ Departamentos	Relatórios evidenciando a diversificação de estratégias e os resultados obtidos
	3	Incrementar melhoria nos resultados da avaliação externa em todos os níveis de ensino.	Conselho Pedagógico/ Departamentos	Melhoria em 5% os resultados obtidos
	4	Reforçar as dinâmicas das Bibliotecas Escolares (BE) no apoio ao currículo, promoção de leitura e ligação do Agrupamento à comunidade.	Coordenador das Bibliotecas Escolares	Aumento em 10% do número médio de alunos nas atividades da BE
C3 – Promover competências digitais	1	Incrementar a utilização regular, em sala de aula, de equipamentos tecnológicos e educacionais, com o propósito de melhorar as competências digitais.	Direção/CFVM	Aumento em 5% do n.º de ações de formação na área das competências digitais e relatórios dos departamentos evidenciando o aumento das competências digitais dos alunos
	2	Promover a desmaterialização dos processos, dos produtos de aprendizagem e dos instrumentos de avaliação.	Direção/Conselho Pedagógico/ Departamentos	Concretização/verificação dos novos suportes

EIXO D: REFORÇO DA LIDERANÇA GESTÃO ESCOLAR

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	N.º	FINALIDADES	PROMOTORES	INDICADORES DE MEDIDA/EVIDÊNCIAS
D1 – Valorizar os domínios da saúde, segurança e ambiente	1	Promover uma cultura de vida saudável que envolva toda a comunidade	Responsável pelo programa PES	Aumentar em 10% o n.º de ações ou projetos relacionados com a temática
	2	Reforçar a cultura de prevenção e segurança em todos os estabelecimentos de ensino	Direção e autarquia	Planos de emergência revistos e atualizados de todas as escolas; Execução de um simulacro por ano
	3	Estimular práticas de defesa e sustentabilidade ambientais	Responsáveis pelo programa eco-escolas	Aumentar em 10% o n.º de ações ou projetos relacionados com a temática
D2 – Consolidar práticas de gestão	1	Definir critérios e práticas de organização e afetação de recursos.	Direção e autarquia	Relatório anual
	2	Promover a melhoria do desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente.	Direção e autarquia	Relatório anual
	3	Melhorar as condições de trabalho.	Direção e autarquia	Relatório anual
D3 – Melhorar os equipamentos e recursos digitais do Agrupamento	1	Renovar os recursos digitais e garantir a melhoria das velocidades de acesso à internet em todos os estabelecimentos de ensino do Agrupamento.	Direção e autarquia	Melhoria em relação ao grau de satisfação da comunidade escolar recorrendo a um inquérito
	2	Assegurar investimento em software adequado que seja permanentemente atualizado.	Direção e autarquia	Melhoria em relação ao grau de satisfação da comunidade escolar recorrendo a um inquérito
D4 – Melhorar o nível de conforto da comunidade escolar nos estabelecimentos de ensino do Agrupamento.	1	Generalizar o conforto ergonómico e térmico a todos os espaços educativos do agrupamento	Direção e autarquia	Melhoria em relação ao grau de satisfação da comunidade escolar recorrendo a um inquérito
	2	Refletir e implementar processos experimentais sobre a utilização no recinto escolar de dispositivos comunicacionais.	Direção	Melhoria em relação ao grau de satisfação da comunidade escolar recorrendo a um inquérito
D5 – Reforçar a cultura de autoavaliação e de melhoria contínua	1	Incrementar o envolvimento e a participação da comunidade educativa no processo de autoavaliação	Direção	Concretização/relatórios

VII – IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

1. Instrumentos de implementação

O presente Projeto Educativo pretende não somente estabelecer linhas mestras de orientação para a ação sendo que as medidas práticas de atuação quer de administração, quer de natureza pedagógica, deverão ser concretizadas através ou em articulação com os seguintes instrumentos de implementação:

- Despacho Normativo de Organização do Ano letivo
- Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola
- Plano Anual de Atividades
- Plano Nacional das Artes
- Plano Nacional de Cinema.
- Planos de Atividades das Associações de Pais
- Planos de Avaliação das Bibliotecas Escolares
- Plano Estratégico de Autonomia e Flexibilidade Curricular
- Planos de Turma
- Programa Eco-Escolas
- Projeto Curricular de Grupo
- Projeto de Intervenção da Diretora
- Regimento Interno das Atividades de Animação e Apoio à Família
- Regulamento de Funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curriculares (AEC's)
- Regulamento Interno
- Plano EQAVET (Quadro de Referência Europeia de Garantia de Qualidade para o Ensino e Formação Profissional
- Plano de Ação e Desenvolvimento Digital da Escola

2. Avaliação e Divulgação

O órgão de Direção e todas as unidades da estrutura de coordenação educativa e supervisão pedagógica devem submeter o Projeto Educativo, ao longo da sua vigência, a um processo de monitorização do seu desenvolvimento e, periodicamente, proceder à aferição de metas alcançadas e dos objetivos atingidos. Compete ao Conselho Geral acompanhar e avaliar a execução do Projeto Educativo através das metodologias que entender implementar. Compete ao Conselho Pedagógico propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados

para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens. A equipa de autoavaliação, por sua vez, operacionaliza as orientações daqueles órgãos com o principal propósito de acompanhar e avaliar a implementação das estratégias previstas neste projeto e verificar se estão a ser alcançados os resultados pretendidos.

A análise crítica, reflexão e a autoavaliação devem ser instrumentos de aferição utilizados de forma contínua por todos os responsáveis, incidindo sobre os indicadores de desempenho coletivo da organização e as prestações de todos os intervenientes, bem como sobre os resultados da avaliação interna e externa do Agrupamento.

Igualmente devem ser de forma frequente avaliados os processos estabelecidos e os procedimentos praticados visando identificar os problemas detetados no funcionamento do Agrupamento, com vista a apresentar ao Conselho Geral e ao Conselho Pedagógico recomendações de ajustamento ou correção do Plano de Ação estabelecido, de forma a ser constante o trajeto de aperfeiçoamento do serviço público de educação prestado pelo AECC à comunidade.

A divulgação do Projeto Educativo será feita através (1) dos órgãos do Agrupamento (conselho geral, direção e conselho pedagógico, departamentos, conselho de docentes e conselho de diretores de turma, associações de pais, associação de estudantes); (2) da página Web do Agrupamento; (3) da disponibilização do documento nas bibliotecas do Agrupamento.

O Projeto Educativo entra em vigor no dia seguinte à sua aprovação em Conselho Geral e tem vigência para o quadriénio 2024-2027, mas poderá ser reformulado anualmente e sempre que se justifique.

VIII – SIGLAS E ACRÓNIMOS

- 1CEB – Primeiro Ciclo do Ensino Básico
- 2CEB – Segundo Ciclo do Ensino Básico
- 3CEB – Terceiro Ciclo do Ensino Básico
- AECs – Atividades de Enriquecimento Curricular
- AECC – Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha
- ASE – Ação Social Escolar
- CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem
- CFVM – Centro de Formação Vale do Minho
- CG – Conselho Geral
- CP – Conselho Pedagógico
- DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- DT – Diretor de Turma
- EBS – Escola Básica e Secundária
- EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
- EPE – Educação Pré-Escolar
- ES – Ensino Secundário
- ETG – Educador Titular de Grupo
- Gab+ – Gabinete de Apoio ao Aluno
- ME – Ministério da Educação
- PAA – Plano Anual de Atividades
- PTT – Professor Titular de Turma
- SPO – Serviço de Psicologia e Orientação
- EQAVET - Quadro de Referência Europeia de Garantia de Qualidade para o Ensino e Formação Profissional
- PADDE - Plano de Ação e Desenvolvimento Digital da Escola

IX – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, R., Fernandes, E., Lourenço, H., Barbosa, J., Silva, J. M., Costa, L. & Nunes, P. S. (2011). Projetos Educativos: Elaboração, Monitorização e Avaliação - Guião de Apoio. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P..
- Azevedo, Rui et. al. (2011). Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação – guião de apoio. Lisboa: ANQ

- Costa, Jorge Adelino (2007). *Projetos em educação. Contributos de análise organizacional*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- *Instituto Nacional de Estatística – Anuário Estatístico da Região Norte: 2018*. Lisboa: INE, 2019; *Sítio PORDATA [consultado em 20-11-2020]*.
- Roldão, M. do Céu (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB

X – DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Carta de Missão da Diretora
- Regulamento Interno do AECC
- Estratégia 2020 para a educação, disponível em http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-anutshell/targets/index_pt.htm
- Perfil do Aluno à saída da escolaridade Obrigatória, disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf
- Estratégia de Educação para a cidadania, disponível em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-acidadania/documentos-de-referencia>
- Plataforma MISI
- Plataforma PORDATA (consultada em 10-01-2024).
- Censos 2021. Instituto Nacional de Estatística.
- “*Dashboard sub-regional Alto Minho 2030*”, abril de 2022, CIM Alto Minho.

XI – LEGISLAÇÃO

- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei-quadro da Educação Pré-Escolar
- Decreto-Lei no 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei no 137/2012, de 2 de julho (RAAG)
- Decreto-Lei no 139/2012, de 5 de julho
- Decreto-Lei no 55/2018, de 6 de agosto
- Decreto-Lei no 54/2018, de 6 de agosto, na redação em vigor